

O difícil acesso a justiça de forma direta e eficaz no Brasil

Autor(res)

Habib Ribeiro David
Tainá Dos Santos
Felipe De Almeida Campos
Cintia Batista Pereira
Willian Julio Maciel

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

Este trabalho origina-se da comoção pela falta de acesso à justiça de forma direta e eficaz no Brasil . Pode-se reconhecer que o acesso à Justiça, de forma individual ou coletiva, ainda é algo distante para boa parcela da população brasileira. O número de membros do Poder Judiciário, como juízas(es) e desembargadoras(es), é quase o triplo do que o número de defensoras(es) públicas(os). Em relação ao Ministério Público, o quantitativo de seus membros é praticamente o dobro, se comparado ao das Defensorias Públicas, segundo dados da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública de 2021 A importância e motivação.

Objetivo

O objetivo central deste trabalho é apresentar formas de possíveis soluções práticas para a resolução do problema em circunstância do acesso precário à justiça no Brasil, verificando as possibilidades do exercício pleno desse direito pelos indivíduos detentores do direito.

Material e Métodos

A pesquisa em si citada foi realizada através da exploração em pesquisas bibliográficas e documentadas, através de seleções de leituras com recolhimento das partes mais importantes em favor da pesquisa, postagens de blogs sobre o determinado assunto, reflexões críticas , a compreensão de cada um dos resultados obtidos , o desenvolvimento de cada tópico utilizado para identificar todos os argumentos de forma clara , e exposição dos resultados encontrados.

Resultados e Discussão

Como resultado evidente percebe-se que são muitos obstáculos a serem superados para o acesso à justiça tornar-se efetivo, esses obstáculos envolvem ausência de recursos financeiros, burocratização do processo, intimidação das pessoas e descrença nas decisões judiciais. Sobre aspectos psicológicos, no Brasil, grande parte da população desconhece seus direitos e meios oferecidos pelo Estado para tutelá-los. Pessoas de baixa renda sentem-se intimidadas diante de determinadas formas de manifestação de poder, temendo, de certa forma,

advogados e membros do Ministério Público. De acordo com Maria Tereza Sadek, pedagoga na área de direito da USP-SP, Pesquisas internacionais mostram que sociedades com elevados índices de desigualdade econômica e social apresentam alta probabilidade de que sua população seja caracterizada pelo desconhecimento de direitos. Essa característica compromete o acesso à justiça

Conclusão

Conforme resultados desta pesquisa pode-se concluir que a criação de assistências judiciária nas faculdades de direito, associações de moradores, organizações não governamentais seriam úteis para quem possui dificuldade de acesso à justiça.

Referências

JUNQUEIRA, Eliane. "Acesso à Justiça: um Olhar Retrospectivo", in Revista de Estudos Históricos, n. 18, 1996.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1988.

ACESSO A JUSTIÇA https://pt.m.WIKIPEDIA.org/wiki/Acesso_%C3%A0_justi%C3%A7a

SADEK, M. T. (org.). Acesso à Justiça. Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo, Martins Fontes, 1992.